

A irracionalidade da expansão produtiva sem limites: notas introdutórias sobre a crise mundial aberta em 2008

Gabriel A. A. Rossini¹

Resumo

O presente artigo discute aspectos que conformam o cenário macroeconômico adverso decorrente da grande crise aberta em 2008. Argumentamos que os contornos mais definidos desse acontecimento são decorrentes, em última análise, de uma produção gigantesca de mercadorias vendidas a preços deprimidos por falta de poder de compra dos assalariados. O artigo se divide, além da introdução em quatro partes fundamentais. Na primeira, tratamos do movimento do capital portador de juros para posteriormente apontarmos como, a partir dele, é inerente ao capitalismo o desenvolvimento de formas fictícias de capital. Em um segundo momento, discutimos os principais elementos que emolduram a hodierna dinâmica macroeconômica atribulada. Na terceira parte, evidenciamos os meios coevos pelos quais a produção capitalista aspira constantemente superar seus limites imanentes e os impactos de tal movimento para o mundo do trabalho. Por fim, na última parte, discutimos o que chamamos de manutenção do insustentável, processo decorrente do movimento contínuo: confiança, falta de confiança e superconfiança.

Palavras-chave: Mundialização Financeira; Capital Fictício; Regime de Acumulação sob Dominância Financeira; Superacumulação de Capital; Liberalização; Desregulamentação e Precarização.

Abstract

This article discusses aspects that make up the current macroeconomic impacts of the large open crisis in 2008. We argue that the edge effect of this event are due, ultimately, a mammoth production of goods sold at prices depressed by lack of purchasing power of wage earners. The article is divided, and the introduction and final consideration, into three main parts. At first, we treat the movement of interest bearing capital for later as we point, as it is inherent in capitalism the development of forms of fictitious capital. In a second step, we discuss the main elements that frame the today's turbulent macroeconomic dynamics. In the last part, we noted contemporaries means by which capitalist production constantly strives to overcome its inherent limits and the impact of such a move for the world of work.

(1) E-mail: gaarossini@gmail.com.

Key words: Financial globalization, fictitious capital, the accumulation of a financial dominance, liberalization, deregulation and insecurity.

Introdução

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital; é o fato de que nela são o capital e a sua própria valorização que constituem o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção; o fato de que aqui a produção é só produção para o capital e, inversamente, não são os meios de produção simples meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da sociedade dos produtores. Daí que os limites dentro dos quais tem de mover-se a conservação e a valorização do valor-capital, a qual descansa na expropriação e na depauperação das grandes massas de produtores, se choquem constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir os seus fins e que tendem para o aumento ilimitado da produção, para a produção pela própria produção, para o desenvolvimento incondicional das forças produtivas do trabalho. O meio empregado – desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas – se choca constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial correspondente, envolve ao mesmo tempo uma contradição constante entre esta missão histórica e as condições sociais de produção próprias deste regime. Karl Marx.²

Nunca esqueceremos na vida de nossas retinas tão fatigadas que houve esta crise no meio do caminho. A gravidade desse evento, de proporções épicas e efeitos duradouros, talvez não tenha precedente. Sua severidade pode ser mensurada pelo fato de que, quando negligenciarmos as trepidações da superfície e a simples enumeração dos eventos e procurando observar, no longo e médio prazos, a evolução da economia e da política, percebemos que as atuais tensões, pela primeira vez na história, afetam o conjunto da humanidade.

Inicialmente é interessante notarmos que em épocas pré-capitalistas não ocorriam crises com tais características e dimensão.

(2) Marx, K. (1988, p. 248).

Ocorriam episódios conformados por fenômenos naturais, que resultavam em escassez alimentar, que muitas vezes, como é notório na história mundial, azeitavam os acordos internacionais – “convênios de comércio, paz e amizade” – que acabavam por submeter às nações mais fracas. Sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, deixaram de ocorrer grandes fomes no Ocidente. Estas foram paulatinamente substituídas por outra espécie de crise, pautada por uma produção colossal de mercadorias a preços deprimidos por falta de poder de compra dos assalariados.

A partir de meados do século XIX, a irracionalidade intrínseca à expansão produtiva capitalista passou a criar, inexoravelmente, as condições que originam as crises. Tal irracionalidade é consubstanciada pelo fato das decisões individuais dos empregadores colocarem em movimento um processo contraditório constituído, por um lado, pelo desejo individual de lucro e, por outro, pelas necessidades objetivas da sociedade. Necessidades humanas que em si – é importante assinalar – não constituem “procura”, a não ser que sejam acompanhadas de dispêndio. No modo de produção capitalista acontece com frequência que os recursos produtivos estão subempregados – homens sem trabalho, máquinas ociosas, terras devolutas –, enquanto há imensa necessidade dos bens que poderiam produzir. A produção fica aquém do seu potencial quando a procura, acompanhada de dispêndio, é deficiente, não quando as necessidades são satisfeitas. Tal como nos diz Marx no livro III de *O Capital*: “A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e restrição do consumo das massas face ao impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas, como se seu limite fosse apenas a capacidade de consumo absoluta da sociedade.”³

Os ciclos econômicos constituem o movimento intrínseco ao sistema de coadunar/harmonizar esse desejo e essa necessidade. Nos últimos 150 anos, embora o mundo tenha passado por diversas crises apenas duas são classificadas como crises gerais (que comprometem as relações econômicas e políticas): a Grande Depressão de 1873-1893 e a Crise de 1929. A crise atual soma-se a esta lista, com um significativo agravante: em virtude dos “inevitáveis” *trade-off* inerentes ao desenvolvimento capitalista presenciamos a manifestação de uma contradição fundamental, com implicações para a manutenção do *status quo* vigente. As possibilidades de reprodução e expansão do sistema encontram novas e sérias resistências

(3) Marx (1988, v. 5 p. 21).

decorrentes dos imprescindíveis e triviais imperativos da sobrevivência da humanidade. Diante dos riscos da destruição do meio ambiente, tornou-se forçoso a busca de alternativas à possível eminente crise da civilização. O capital, inevitavelmente, passa a defrontar-se com tal contradição. Novos elementos entram no jogo; a existência humana tem que ser considerada, por mais distorcida que seja a contabilidade socioeconômica capitalista. A famigerada sociedade “afluente” equipara-se à degradação global, já que a dinâmica do capital é pautada por um movimento de autopreservação destrutiva. Agora, pelo menos, as consequências destrutivas da mundialização do capital ganham evidencia, passam ao primeiro plano.

Dentre as grandes crises enfrentadas pelo capitalismo, a Grande Depressão de 1929 foi a primeira que expôs com clareza o fenômeno que estamos novamente presenciando, ou seja, a expansão do capital além de certos limites determinados pelas necessidades humanas a satisfazer acompanhadas de dispêndio. Quando isso ocorre, aflora à luz do dia a contradição entre o valor e o valor de uso das mercadorias, cuja produção é freada, sendo até fisicamente destruída, para salvar seu valor, a exemplo do ocorrido na crise de 1929, quando foram destruídos grandes estoques de mercadorias para evitar que seus preços baixassem demais, enquanto o povo desempregado vivia na penúria extrema. Nesse período, a realidade consubstanciada por uma enorme desordem material e humana se impôs. Locomotivas brasileiras consumiam o café que não mais podia ser vendido no mercado internacional nem mesmo a preços irrisórios, estoques se acumulavam, empresas fechavam suas portas; milhões de pessoas se viam sem emprego, portanto sem recursos e sem dignidade, na maioria das vezes sem proteção social, incapazes de pagar seus aluguéis, reduzidas à espera das distribuições gratuitas de alimentos e agasalhos, levadas ao despejo, à mendicidade, à revolta.⁴

Assim, a experiência de 1929, dentre outras, nos faz lembrar que não é de surpreender que a interação de decisões “livres” dos indivíduos resulte com frequência em consequências irracionais, rudes e desconcertantes.

A expansão irracional do capital para além da sua solvência é impulsionada por três processos, igualmente importantes, característicos do modo de produção capitalista.

Em primeiro lugar, pela pressão por reduzir a parte variável do investimento capitalista, ou seja, por diminuir a parte distribuída em salários,

(4) Gazier (2009, p. 7-8). Ver também: Kindleberger (1978).

em relação à parte gasta em meios materiais de produção. As empresas, sobretudo nas últimas três décadas, enxugaram suas “substancias vivas”, os trabalhadores, por meio da modernização tecnológica e da reestruturação produtiva. Processo amparado e impulsionado pelas normas de qualidade total, de eficiência e aumento da produtividade, medidas que nasceram no Japão e depois se ocidentalizaram e que tiveram como resultado o aumento da produtividade e crescimento do desemprego. O que evidencia outra contradição do sistema, qual seja: o trabalhador enquanto consumidor é muito importante para o desenvolvimento da produção capitalista, no entanto segue excluído da produção e da distribuição.

Em segundo lugar, pela tendência do capital a expandir-se permanentemente, impulsionada pelo poder dos que dispõem de meios de produção sobre os que só dispõem de sua capacidade de trabalho. Poder que se manifesta como direito de empresário sobre o valor criado pelo trabalho sob a forma de lucro. Como nos diz Debord: “O homem alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele. Quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela”.⁵

E por fim, pelo fato do capital monetário desenvolver uma dinâmica expansiva autônoma, impulsionada por sua própria necessidade de valorizar-se, exteriormente ao processo produtivo – o que só pode ser compreendido levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção.⁶ Este movimento do capital monetário faz com que “a relação-capital atinja sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí $D - D'$, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos”.⁷ Neste contexto o lucro não se apresenta mais como fruto de uma relação social, mais sim como fruto de uma mera coisa.

A relação social está consumada como uma relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo (...). Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar pêras.⁸

(5) Guy Debord (1997, p. 25).

(6) Cf. Letizia (s. d. p. 8).

(7) Marx (1988, v. 5, p. 278).

(8) Marx (1988, v. 5, p. 279).

Essa expansão autônoma vai gradualmente formando uma grande massa de capital de empréstimo em excesso que termina por empurrar os investimentos além dos limites da procura solvente. Tal como Marx escreveu em fins do século XIX, o crédito “acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial [...]. Ao mesmo tempo o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, [conformando e impulsionando] as crises.”⁹ Neste ponto, há o rompimento da teia de pagamentos interligados que desencadeia acontecimentos notórios da dinâmica capitalista, quais sejam: depreciação de títulos e ações, a inadimplência generalizada, a contração da produção e circulação de mercadorias, com suas inseparáveis sequelas, ou seja, falências e desemprego em massa.¹⁰

Assim, a partir do capital portador de juros – terceira forma assumida pelo capital, fruto da divisão do trabalho que levou um grupo de capitalistas a se especializar no empréstimo de dinheiro aos produtores e aos comerciantes – é inerente ao capitalismo o desenvolvimento de formas fictícias de capital que recorrentemente propiciam crises.

Vejamos, a seguir, como o capital portador de juros acarreta formas fictícias de capital.

1 O capital portador de juros

Uma abstração útil do movimento do capital portador de juros é o seguinte:

$$D - D - M - P... M' - D' - D'$$

onde o primeiro movimento (D – D) configura a despesa de dinheiro como capital, é a passagem de certa quantia do prestamista ao mutuário. O dinheiro de empréstimo é lançado na circulação por seu proprietário como capital, não para si, mas para os outros, tal como qualquer mercadoria posta à venda. Assim, como em toda a venda de mercadoria, o valor da mesma não é cedido o valor do capital portador de juro permanece na mão de seu proprietário sob a forma de título de crédito. O que há de particular no caso do dinheiro que se torna capital, através do empréstimo, é a transformação da venda em empréstimo e do preço em parte

(9) Marx (1981, livro III, p. 450).

(10) Cf. Letizia (s. d., p. 8).

do lucro, como veremos nos desdobramentos a seguir. O dinheiro, ao ser usado para acionar o processo produtivo capitalista, adquire um segundo valor de uso como capital, além do valor de uso como dinheiro. O capital dinheiro torna-se portador de mais-valia, independente de qualquer processo produtivo.¹¹ O segundo movimento ($D - M$) é a aquisição das matérias primas necessárias à produção (P...) organizada e possibilitada pelo capitalista operante, no caso o mutuário. Na produção (P...) é agregado certa soma de valor em virtude do trabalho humano socialmente necessário à transformação dos insumos iniciais na mercadoria a ser vendida (ou seja, $M - M'$). Já $M - D'$, demonstra que o “salto mortal da mercadoria” foi bem sucedido, ou seja, as mercadorias foram realizadas (vendidas) com lucro, já que D' expressa o dinheiro inicialmente empregado no processo produtivo acrescido do lucro, ou seja, $D' = D + \Delta D$. E, por fim, $D' - D'$ indica o pagamento do principal acrescido de juros ao prestamista, juros que é parte do lucro auferido pelo mutuário. A determinação da taxa de juro se funda sobre a determinação da taxa de lucro, e como os juros constituem dedução do lucro, por conseguinte, tem origem na mais-valia. D , por ser capital, deve retornar com seu valor aumentado, para que todo o processo se justifique e, justamente pela necessidade de valorizar-se, o capital só pode retornar a prazo. Neste processo, a maior parte do movimento ($D - M - P... M' - D'$) é apagada para o prestamista – mesmo sendo isto a animação real e fundamental do capital. Para o emprestador o que aparece é somente $D - D'$, já que os juros devem ser pagos independentemente se o tomador investir o capital em um processo produtivo ou se despender a soma jogando *poker*. Deste modo, capital portador de juro tem uma forma exterior de retorno ao seu ponto de partida, isto é, dissociada de qualquer ciclo de metamorfoses. Aí, a relação capitalista chega à sua forma mais exterior como capital portador de juro (exterior à relação social capital *versus* força de trabalho) e assume ao extremo seu aspecto de fetiche. Parafraseando Marx, aí temos a mistificação do capital em sua forma mais estridente. Noutras expressões, mesmo quando o movimento do capital se apresenta como pura circulação ($D - M - D'$), sempre aparece uma relação social, e não diretamente o produto de uma coisa.¹²

A concessão de crédito, que nasce na circulação e desencadeia o processo que acabamos de esboçar, constitui o verdadeiro dinheiro do comércio e o elemento fundamental que possibilita as diferentes produções. As promessas de pagamento constituem a base efetiva do crédito; do mesmo

(11) Cf. Marx (1988, livro III, cap. XXI).

(12) Cf. Marx (1988, livro III, cap. XXIV). Ver também: Brunhoff (1878).

modo, seus instrumentos de circulação, os títulos de crédito, constituem a base efetiva da moeda de crédito. Do crédito e dos seus desdobramentos nasce o capital fictício, tal como Marx deixa subentendido ao longo de suas proposições contidas em seu capítulo XXV do livro III, já que o distanciamento das operações de compra e venda de seu pagamento efetivo serve de base à especulação. No final do referido, capítulo Marx conclui que tudo que favorece os negócios, favorece a especulação, o difícil é saber onde termina o negócio e começa a especulação.

À frente, ainda faremos algumas considerações acerca das quatro formas fundamentais do capital fictício, quais sejam: capital bancário, dívida pública, capital acionário e os derivativos.

2 Rumo à crise

Agora a pergunta relevante passa a ser: quais foram os elementos fundamentais que conformaram o presente cenário macroeconômico adverso?

Desde os anos 1980, começou a ocorrer uma série de crises financeiras. A forma em que se manifestavam essas crises decorria da desregulamentação financeira, imposta pela gestão da dívida pública, que os países industrializados, capitaneados pelos EUA e pela Inglaterra, promoveram. É importante notarmos que o domínio aventureiro do capital financeiro em geral é muito mais a manifestação do que a causa de crises econômicas profundas – como fica notório quando nos defrontamos com análises de longa duração – ainda que, por sua vez, também contribua fortemente para o seu subsequente agravamento. Tal como nos diz Chesnais:

É no campo monetário e financeiro, mais do que em qualquer outro, que foi maior a responsabilidade dos governos, a começar pelo Reino Unido e EUA, na criação das condições que permitiam ao capital concentrado atuar praticamente a seu bel prazer, com poucos controles ou freios. Foram necessários mais de dois séculos (...) para criar um conjunto de regras enquadrando, tanto quanto possível, a atividade financeira; em particular, estabelecendo estrito controle sobre a criação de moeda e crédito pelos bancos. Para acabar com elas foram suficientes uns vinte anos.¹³

As sucessivas liberalizações e desregulamentações – escreve J. C. Z. Braga – ao longo das quatro últimas décadas provocaram mudanças institucionais

(13) Chesnais (1996, p. 240).

que impõe novos perfis e dinâmicas à gestão da riqueza. Com rédeas soltas, o dinheiro e o crédito desenvolvem o jogo e a especulação em escala mundial.¹⁴

Existe uma relação direta entre o crescimento das finanças mundializadas e liberalizadas e o aumento dos déficits públicos nos países industrializados. Processo que culmina em um contexto no qual a esfera financeira efetivamente encontra-se à frente do movimento de mundialização da economia.¹⁵ É aí que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados, é aí que sua mobilidade é maior, é aí que os interesses privados recuperam mais completamente a iniciativa em relação ao Estado.¹⁶

Com o peso crescente da dívida, os tesouros públicos nacionais não podiam mais contar exclusivamente com os investidores nacionais. Era necessário apelar aos investidores internacionais, sobretudo os institucionais (fundos de pensão, companhias de seguro, fundos de investimento)¹⁷ para que adquirissem títulos públicos. A consequente expansão, diversificação e inovação das atividades e produtos financeiros no espaço mundial facilitou a circulação da enorme massa de capital que vinha se acumulando primeiramente nos fundos de pensão, provenientes da prosperidade americana e do estado de bem-estar europeu após 1945. Em segundo lugar resultante da massa de dólares depositados nos bancos ocidentais pela economia de endividamento americana que alimentou o florescimento dos euromercados, potencializados, mais tarde, pelos dólares decorrentes dos países produtores de petróleo do Oriente Médio, que ganharam maior participação nos lucros com a alta nos preços do petróleo de aproximadamente 300% em decorrência da guerra do Yom Kippur, na década de 1970. Temos aí o primeiro elo da formação dos mercados financeiros de hoje. “Os euromercados internacionalizaram a economia de endividamento, verdadeiro câncer da economia mundial. Sua formação é o primeiro passo de um processo que colocou o sistema mundial à mercê do

(14) Braga (1998).

(15) Cf. Plihon (1998, p. 103 e seg.).

(16) Cf. Chesnais (1996, p. 27). Ver também: Boyer (2000, p. 111-145).

(17) Mesma coisa que fundos mútuos. Entidade financeira que, pela emissão de título de investimento próprio, o Certificado de Investimento, denominado em quotas, concentra capitais de inúmeros investidores para aplicação em carteiras diversificadas de títulos, valores mobiliários, instrumentos financeiros, derivativos ou commodities negociadas em bolsas de mercadorias e futuros. Dicionário Financeiro Eletrônico da Bovespa ww.bovespa.com.br/Investidor/Dic Ver: Sauviat (2005).

capital rentista”¹⁸. E, por fim, através da torrente de juros vinda dos países periféricos – que nessa época faziam sua industrialização impulsionada por endividamento externo. Acontecimentos decorrentes, é importante enfatizarmos, do amplo processo de liberalização e desregulamentação que contribuíram decisivamente para a derrocada do acordo de Bretton Woods¹⁹. Convenção que originou, no contexto do pós-segunda guerra, um sistema em que, por exemplo, havia a prevalência do crédito bancário sobre a emissão de títulos negociáveis (*securities*), a separação entre os bancos comerciais e os demais intermediários financeiros, controles quantitativos do crédito, tetos para as taxas de juros e restrições para a livre movimentação de capitais.

Tal contexto criou uma situação que Marx chama de superacumulação de capital. Uma acumulação de capital em excesso, que não permite sua utilização integral no processo reprodutivo à taxa de lucro vigente, dando origem a um capital ocioso, que, além de acentuar a expansão do crédito permitindo que as indústrias continuem buscando ganhos de escala e conseqüentemente potencialize a tendência à superprodução, entra em contradição com o capital operante, ao disputar-lhe o lucro gerado na produção através do mercado de ações e mesmo interferindo na gestão das grandes empresas.²⁰ Contexto que valoriza o desvio de recursos para o capital financeiro, gerando assim uma diminuição suplementar da parte dos lucros retida como ganho empresarial, em proveito da parte paga ao capital portador de juro.

Situação que gerou uma condição nova, de dominação do capital financeiro na gestão empresarial. Pode-se hoje dizer que se abriu uma fase histórica nova, de predomínio da lógica financeira nas atividades econômicas, mais tarde definida por François Chesnais como a fase em

(18) Chesnais (1996, p. 251). Os euromercados passam por um crescimento exponencial. Em 1952, o mercado dos eurodólares movimentava aproximadamente 2 bilhões de dólares; em 1960, não ultrapassava 4,5 bi. Já em 1973 esse montante atingiu US\$ 160 bilhões de dólares. A partir de 1973, a massa movimentada dobra a cada três anos, até 1981, depois se segue um período de estagnação, até retomar o crescimento, sob o impulso da liberalização monetária e financeira dos governos neoliberais. (Chesnais, 1996, p. 254).

(19) Para tanto ver: Belluzzo (2006).

(20) Cf. Letizia (s. d., p. 10 e seg.). Processo que á ainda acentuado em virtude de subsídios que sustentam o crescimento cancerígeno de setores improdutivos da indústria no interior da estrutura global da produção capitalista. Ver também: Aglietta e Berriba (2007) e Aglietta e Rebérioux (2004).

que há um “regime de acumulação sob dominância financeira”. Regime que não pode ser compreendido fora do que os regulacionistas chamam de crise do modo de regulação fordista e os marxistas descrevem como o ressurgimento, num contexto determinado, de contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial, que haviam sido abafadas entre 1950 e a recessão de 1974.²¹

A lógica financeira que tem emoldurado a dinâmica econômica das últimas décadas talvez se expresse em suas formas mais veementes por meio de dois artifícios: as finanças concebidas como indústria e a maximização do valor ao acionista.

Qualificar as finanças de indústria significa que o comércio de dinheiro e valores é encarado como atividade transnacional, objeto de competição, no plano mundial, entre agentes que procuram explorar da melhor forma suas vantagens comparativas. Tal processo não é encarado como meio de melhorar a alocação de recursos no interior de uma economia, e sim, tal como uma indústria de exportação, de explorar certo *know-how*, a fim de extrair uma parte da renda mundial. A esfera financeira é um campo de valorização do capital como qualquer outro. A questão fundamental é que os capitais que se valorizam na esfera financeira invariavelmente nasceram no âmbito produtivo sob a forma dos seguintes rendimentos: 1. lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, que são cedidos ao capital de empréstimo; e 2. salários que guardados nos fundos privados de aposentadoria ao entrarem na esfera financeira têm sua natureza modificada, tornam-se massas em busca de rentabilidade máxima.²²

O rápido crescimento dos investidores institucionais transformou-os nos acionistas principais de grandes empresas em todo o mundo e colocou a maximização do valor ao acionista em primeiro plano. Eles utilizam o direito de propriedade para impor tal lógica consubstanciada nas expectativas dos rendimentos trimestrais obtidos por ação, como o indicador fundamental de desempenho. Tal processo é pautado por: 1. os gerentes priorizam os resultados de curto prazo em vez de atividades de longo prazo, que seriam muito mais produtivas para o crescimento, como pesquisa e desenvolvimento, renovação de fábricas e equipamentos, capacitação técnica da força de trabalho; 2. o crescimento do investimento externo direto ao longo das décadas de 1980 e

(21) Cf. Chesnais (1998, p. 17).

(22) Cf. Chesnais (1996, p. 240 e seg.).

1990 esteve fortemente marcado, por um lado, pela elevação do investimento internacional cruzado, realizado no interior da OCDE, por outro lado, esse processo tem sido dominado pela supremacia das aquisições/fusões sobre os investimentos criadores de novas capacidades;²³ 3. diante de um mercado muito mais ativo e de controle corporativo, as corporações de baixo desempenho têm de se preocupar com revoltas de acionistas, tomadas agressivas do controle acionário por concorrentes, aquisições de controle acionário alavancadas por fundos de participações (fundos de *private equity*). O preço da ação é, portanto, a variável chave em torno da qual a gestão corporativa organiza a sua atuação, incitando reaquisições frequentes de ações, o uso de ações como moeda, o afrouxamento das normas contábeis e a manipulação de demonstrações financeiras.²⁴ Assim, colocar o interesse dos acionistas à frente dos objetivos das empresas e estabelecer normas de rendimento dos capitais investidos (o *return on equity* ou ROE) tem como resultado, fora das fases muito curtas de difusão de novas tecnologias, onerar o investimento produtivo e permitir a uma elite financeira, no topo da hierarquia profissional das grandes empresas, capturar a maior parte dos ganhos de produtividade.²⁵

Este capitalismo tem dado prioridade ao capital fictício, ou seja, letras negociadas como riqueza ou o que chamamos de valores mobiliários, que permitem a criação de formas artificiais de ampliação da procura efetiva que, em última instância, geraram as condições para a

(23) Cf. Chesnais (1996, p. 61 e seg.). Em meados da década de 1970, diversos incentivos e restrições impulsionaram os processos de aquisições/fusões que contou com novos instrumentos decorrentes da mundialização financeira. Em muitos setores, especialmente os de alta intensidade de P&D ou de produção em massa, a evolução tecnológica reforçou o peso dos custos fixos (especialmente sob a forma de despesas elevadas de P&D) que essas empresas precisavam recuperar produzindo para mercados mundiais; bem como as vantagens de poderem aprovisionar certos insumos essenciais, especialmente os de ordem científica e tecnológica. Em indústrias já oligopolistas no plano nacional, a única maneira de atingir eficazmente esses objetivos é penetrar em outros mercados, pelo investimento direto. Em outros ramos, os processos de aquisição/fusão consistem em se apropriar de uma parcela do mercado, especialmente quando for acompanhada pela aquisição de marcas, de redes de distribuição e de clientes cativos. Em uma conjuntura de incerteza, instabilidade aumento da concorrência (abertura dos oligopólios nacionais) é compreensível que as aquisições e fusões tenham se beneficiado de forte preferência. Tal processo detonou a partir do final da década de 1970 grande movimento de I internacional cruzado, dominado pelas aquisições fusões (acompanha por processo de concentração/centralização). Os fluxos de capital no interior da tríade representam um aspecto central da concorrência entre membros dos oligopólios mundiais. Chesnais (1996, p. 64 e seg.).

(24) Guttman (2008, p. 13).

(25) Chesnais (2007).

crise financeira que se desenvolve hoje. Marx via o surgimento do capital fictício como um subproduto do desenvolvimento do sistema de crédito. Suas formas fundamentais eram: 1. O dinheiro de crédito gerado pelo sistema bancário sem contraparte em ouro, pois sua criação gerava poder de compra sem relação com o valor de nenhum tipo de produção, consumo ou ativos físicos subjacentes reais. O dinheiro depositado, do ponto de vista do depositante, é dinheiro, mas do ponto de vista do banqueiro, é capital em potencial. Partindo de um pequeno fundo de depósitos, os bancos têm possibilidade de conceder um volume de crédito significativamente maior, ou seja, faz empréstimos muito acima do valor que recebeu como depósitos, criando, portanto, capital fictício; 2. Os títulos da dívida pública para financiar despesas que geram déficits, por exemplo, não corresponde a um investimento de capital. Os títulos do Estado pagam juro a seus portadores. Esses títulos representam capital que já não existe. No lugar do dinheiro que os comprou, somente restam títulos de crédito contra o estado, o que significa direitos sobre as receitas anuais do estado e a faculdade de recuperar o dinheiro por meio da venda dos títulos. Por mais que as transações se multipliquem, o capital que circula nesse caso é puramente fictício. É mera aparência de capital. E, na eventualidade dos títulos da dívida pública se tornarem invendáveis, tal aparência desaparece. A dívida pública, que significa a transformação de uma dívida em capital, representa o ápice da distorção do sistema de crédito. Para o estado, os papéis emitidos significam simplesmente dinheiro gasto; para os proprietários dos papéis, eles são capital rentável e vendável. Ainda assim, os mercados financeiros tratam a dívida pública como se fosse um investimento produtivo e estabelecem um valor de capital para ela em relação à taxa de juros sobre os empréstimos;²⁶ 3. Por sua vez, as ações são títulos de propriedade real de empresas, mas separados e independentes da propriedade efetiva. Apenas dão direito a uma parte da mais-valia extraída pelas empresas. Mas enquanto duplicatas negociáveis de capital real, as ações circulam como valor-capital, cujo montante pode cair ou subir, independentemente do valor da empresa real. Em outros termos, as ações negociadas no mercado de ações, cuja avaliação (o “valor de mercado” de uma empresa) não se relacionava com o que uma empresa ou a sua produção realmente valiam, em termos

(26) cf. Marx (1988, caps. XXIX e XXX). Ver também: Bottmore, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Ed. J. Zahar, 1988, p. 82.

de “valor patrimonial”. A parte do preço das ações que não corresponde ao valor de capital que realmente é investido na produção da empresa é capital fictício. Além disso, o preço das ações é afetado pela taxa de juro – taxa alta desvaloriza ações que pagam dividendo baixo, e vice-versa. Pois as ações são tratadas como capital que se autovaloriza, como se fossem capital portador de juro. E, por outro lado, o preço das ações é em parte especulativo, isto é, também é afetado por previsões de proventos futuros.²⁷

Hoje, as novas vias de desenvolvimento do capital fictício são os derivativos²⁸ ou valores mobiliários lastreados em ativos, que estão muito distantes de qualquer atividade econômica real de criação de valor. Nessa esfera, o objetivo principal é negociar ativos em papel de forma lucrativa, ou seja, especulando. Processo notório desde meados dos anos 90 e ao largo dos anos 2000, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, onde ocorreu um impulso extraordinário na criação de capital fictício na forma de crédito. De crédito às empresas, mas também e, sobretudo, de créditos às famílias para subsidiar consumo e notadamente créditos hipotecários. Processo que originou formas ainda mais agudas de vulnerabilidade e de fragilidade.²⁹ E vemos, além disso, estes processos de estatização das dívidas, que implicam na criação imediata de mais capital fictício. O Federal Reserve cria mais capital fictício para manter a ilusão de um valor

(27) Idem. É importante notarmos que esses lucros com a bolsa são, nos Estados Unidos, a segunda fonte de enriquecimento patrimonial das famílias (20%). A primeira fonte (60%) provém dos lucros realizados na compra e na revenda das residências individuais. Portanto, não é por acaso que em 2001 as autoridades monetárias norte-americanas adotaram a ampliação do crédito hipotecário, como resposta à crise da bolsa de ações de alta tecnologia (a Nasdaq) e a seus desdobramentos industriais, falência da Enron, etc Ver também: Chesnais F. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In. *A Finança Mundializada*. São Paulo, Ed. Boitempo. 2005.

(28) 1) Instrumento financeiro cujo preço de mercado deriva do preço de mercado de um bem ou de outro instrumento financeiro; 2) operação do mercado financeiro em que o valor das transações deriva do comportamento futuro de outros mercados, como o de ações, câmbio ou juros; 3) principais tipos de derivativos: mercados a termo, futuros, opções e *swaps*. Dicionário Financeiro Eletrônico da Bovespa www.bovespa.com.br/Investidor/Dicionario.

(29) Agora estão desmontando este processo. Mas em seu bojo, há processos de concentração do capital financeiro. Quando o *Bank Of America* compra o *Merrill Lynch*, estamos diante de um processo de concentração clássico. Cf. Chesnais, F. *O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior*. In: *Revista Herramienta*, ano XII, n. 39, oct., 2008, p. 4 e seg.

do capital que está à beira de desmoronar.³⁰ Assistimos, pois, a uma fuga em frente que não resolve nada.

Muitos desenvolvimentos recentes das finanças, como a securitização, a explosão de negociação de derivativos, a disseminação de fundos de *hedge*,³¹ compras maciças de valores mobiliários por bancos etc., devem ser compreendidos por este ângulo.

Temos aí o que Frederic Lordon chamou de “o fantástico milagre da securitização”, ou seja, em teoria, qualquer risco pode ser fatiado em infinitos pedaços, para que os riscos de inadimplência sejam pulverizados até tornarem-se irrisórios. O problema de um crédito, principalmente quando envolve riscos importantes, é que ele continua nos registros contábeis de quem o concedeu até sua liquidação. A grande inovação financeira, que data do início da década de 1990, consiste em fundir certo número de créditos para, com lastro neles, emitir títulos negociáveis, títulos cujo valor deriva deles. A vantagem dessa operação, chamada de securitização, é o fato de que tais títulos podem ser vendidos nos mercados em pequenos lotes a múltiplos investidores (sobretudo os institucionais). Tal processo faz com que os créditos duvidosos saiam do balanço dos bancos, o que explica a facilidade e rapidez de sua concessão. Evidentemente, a instituição que fez o empréstimo inicial transfere todos os direitos e riscos aos portadores desses títulos amparados em créditos imobiliários, chamados de RMBS (*Residential Mortgage Backed Securities*). Porém, esses portadores são tantos – e mudam tanto – que ocorre extraordinária dispersão do risco global. O banco que antes enfrentava sozinho a inadimplência de seus empréstimos, agora, além de se afastar desses riscos, as consequências do não-pagamento estão pulverizadas entre uma miríade de investidores.

(30) Idem. p. 5.

(31) Fundo de investimento de administração ativa, geralmente operado com agressividade, em busca de prêmio de risco elevado. Dimensiona seu patrimônio de modo a possibilitar operações dessa natureza, e pode, em determinadas situações, deixar de aceitar novos recursos de cotistas. Geralmente administrado por gestores independentes, já que esse tipo de fundo não costuma atrair administradores de conglomerados bancários. Pode ser classificado como fundo de investimento financeiro - FIF genérico, ou, em certos casos, como fundo multimercado com alavancagem, com renda variável. O termo *hedge fund* é fruto de uma classificação informal. Nos Estados Unidos, os *hedge funds* não têm qualquer limitação na seleção do portfólio. In: *Dicionário Financeiro Eletrônico da Bovespa*. Op. Cit.

Cada um assume uma parte mínima do risco, diluída no conjunto de sua própria carteira.³²

Porém, tal processo, como evidencia Lordon, tornou os riscos mais subestimados do que diluídos. Ocorre que as piores fatias serão refatiadas pelos “investidores” que as adquiriram para também minimizar seus riscos. Assim os próprios RMBS que adquiriram darão origem a um novo tipo de títulos negociáveis, os CDO (*Collateralised Debt Obligations*). Títulos derivados de títulos, os CDOs podem ser de três tipos, correspondentes ao risco de inadimplência da fatia da dívida a que se referem. A fatia superior, chamada de “*investment grade*”, torna seus portadores imunes aos primeiros 20% ou 30% de inadimplência sobre os créditos imobiliários iniciais. Segue-se uma fatia intermediária, chamada de “*mezzanino*”, e finalmente uma mais baixa, que sofrerá o choque das primeiras insolvências, apelidada de “resíduos tóxicos”, a fatia de maior risco dos CDOs, derivada da fatia mais arriscada dos RMBSs. Mas enquanto o mercado imobiliário seguir em alta e as famílias continuarem pagando as dívidas, sempre haverá quem compre os papéis. Enquanto a toxicidade ainda não vier à tona, o que aparece são as remunerações espetaculares. Os *hedge funds*, por exemplo, vinham tendo retornos enormes garimpando nos “resíduos tóxicos”.³³

Tais títulos, que são sombras de investimentos já feitos, aparecem como capital a seus detentores, pois em condições normais de valorização do capital, rendem dividendos e juros. Seu caráter fictício revela-se em situações de crise. Quando ocorrem crises de sobreprodução, falência de empresas, etc., descobre-se que esse capital não existia.

3 A produção capitalista procura invariavelmente superar seus limites iminentes

(32) Lordon, F. O Mundo Refém das Finanças. In: *Le Monde*, Set. 2007. Mas cabe a pergunta: por que os investidores querem comprar aquilo de que o banco quer se livrar? Porque adquirem os títulos em pequenas quantidades e, sobretudo, porque esses papéis são negociáveis, ou seja, podem ser novamente vendidos. Além disso, a linha de títulos derivada do grupo inicial de créditos é recortada em diferentes fatias de risco homogêneas. Conforme seu próprio perfil, cada investidor institucional garimpará na fatia que lhe convém, sabendo que sempre encontrará algo — especialmente os *hedge funds*. Mesmo as fatias de alto risco são atraentes, por oferecerem maior retorno, enquanto tudo vai bem. Idem.. p. 5. Ver também: Guttman, R. The Collapse of Securitization: From Subprimes to Global Credit Crunch. *Lettre du CEPN* #2, (www.univ-paris13.fr/CEPN/lettre_cepn_02.pdf). 2007.

(33) Lordon (2007, p. 4 e seg.). Ver também: Stockhammer (2006).

“A produção capitalista aspira constantemente a superar os limites imanentes a ela, mas só pode superá-los recorrendo a meios que voltam a levantar diante dela estes mesmos limites, e ainda com mais força”.³⁴

Tal passagem coloca-nos a seguinte questão: quais foram os meios utilizados, durante os últimos 30 anos, para superar os limites imanentes do capital? Ou, porque a presente crise não ocorreu antes?

É provável que a crise de ruptura da barreira da valorização do capital, que ameaçava irromper desde o início do atual período de dominação da finança internacional, subsequente ao último período de prosperidade capitalista (1950-80), poderia ter ocorrido antes do fim do século XX, não fosse a intervenção de alguns acontecimentos históricos e de inovações que impulsionaram o capital portador de juro, além da enorme criação de capital fictício.

4 As inovações financeiras

A informatização das finanças aperfeiçoou drasticamente a capacidade do sistema em inovar. Em contraste com a criação de bens tangíveis da inovação industrial, a inovação financeira diz respeito em maior parte à implementação de acordos contratuais, que atendem às necessidades de financiamento e/ou gestão de portfólio de devedores, credores e intermediários financeiros que unem os dois lados. Este tipo de atividade é muito mais facilmente implementado que a inovação industrial, mas também muito mais prontamente copiado e destituído de proteção por direitos de propriedade intelectual, dotado, portanto, de um ciclo de vida muito mais curto. Este fato explica o ritmo frenético da inovação financeira e também a sua tendência na direção da complexidade e da personalização, duas características que tornam o resultado final mais difícil de imitar. Outro aspecto central da inovação financeira é o seu relacionamento com a regulação. As inovações mais importantes das últimas três décadas driblaram as restrições reguladoras vigentes. Tais desvios começaram já durante a década de 1960, quando os bancos dos Estados Unidos introduziram uma série de novos instrumentos do mercado

(34) Marx (1988, livro III, v. 5, p. 248).

monetário usados para financiar a expansão de crédito para além da base de depósitos controlados pelo FED.³⁵

Segundo Robert Guttman, as inovações financeiras³⁶ mais importantes dos últimos quarenta anos são as que criaram novas redes de intermediação financeira, movendo os sistemas de crédito para além dos confins dos bancos comerciais tradicionais. Até agora houve quatro dessas, todas com um papel crucial no surgimento do regime de acumulação sob dominância financeira: a) A introdução, nos anos 1960, de instrumentos do mercado monetário, as chamadas obrigações de empréstimo, que liberaram os bancos a buscar empréstimos muito mais agressivos do que quando dependiam somente das obrigações de depósito como fonte de fundos. b) Uma obrigação de empréstimo em particular, os eurodólares, deu origem a uma verdadeira rede de bancos supranacionais que ultrapassavam a jurisdição de qualquer banco central nacional. c) Uma terceira alternativa de intermediação, que no início estava em competição direta com os bancos comerciais, se tornou relevante na década de 1980, quando os fundos mútuos e fundos de pensão tornaram-se veículos populares para poupança habitacional e a investiram em valores mobiliários. Esses investidores institucionais, como eram chamados, proporcionaram liquidez a muitos mercados financeiros cujo crescimento, como resultado, foi enormemente impulsionado. Os bancos venceram este desafio estabelecendo os seus próprios fundos mútuos, assumindo o controle dos fundos de pensão e ajudando a lançar fundos de *hedge*. d) Os bancos então desenvolveram ainda uma outra fonte de renda lucrativa com a securitização, a nova

(35) Guttman (2008, p. 18 e seg.). Um exemplo da assim chamada obrigação de empréstimo (*borrowed liability*) em voga na época eram os depósitos em eurodólar, que os bancos norte-americanos usaram para ajudar os seus clientes corporativos a escapar dos tetos de taxa de juros o Fed para depósitos nacionais ou controles de fluxos de capitais para o estrangeiro. Outro exemplo importante da inovação para a fuga da regulamentação foi o uso da securitização e de *swaps* de inadimplência de crédito por bancos para o reajuste dos seus portfólios de empréstimos, em resposta às necessidades de capital do Acordo de Basileia de 1988, vendendo os empréstimos de baixo risco de que queriam se desfazer e assegurando os de alto risco que queriam manter. Cf. Idem, p. 19.

(36) Ver também: *Evolution and Allocation of Stock Options: Adapting US-Style Compensation to the Swedish Business Model*, co-authored with Henrik Glimstedt and Hao Xie, *European Management Review*, v. 3, n. 3, p. 1-21, 2006. "The Theory of Innovative Enterprise" published in *Russian Economic Herald of Rostov State University*, 4, 3, 2006: 7-32; Dynamic Capabilities and Sustained Innovation: Strategic Control and Financial Commitment at Rolls-Royce plc, co-authored with Andrea Prencipe, *Industrial and Corporate Change*, v. 14, n. 3, p. 1-42, 2005.

embalagem dos empréstimos em valores mobiliários lastreados pelos fluxos da renda gerada por aqueles contingentes de empréstimos, que decolaram nos anos 1990, quando os títulos lastreados em empréstimos começaram a atrair um número cada vez maior de investidores de todo o planeta.³⁷ “O número e a complexidade dessas cadeias de transações derivadas, reflete a irracionalidade e a anarquia de uma esfera financeira que funciona cada vez mais, em circuito fechado, mas que impõe sua marca a todas as operações de investimento”.³⁸

4.1 O Significado da liberalização e da desregulação, levadas a cabo à escala mundial, para o mundo do trabalho

... são os tempos que mudam,... é o trabalho que deixou de ser o que havia sido... *José Saramago*

O processo de liberalização e desregulação significou o dismantelamento dos poucos elementos estabilizadores construídos no marco internacional ao sair da Segunda Guerra Mundial – elementos que, em parte, convergiam para o que poderíamos chamar de “repressão financeira”, constituída por: a prevalência do crédito bancário sobre a emissão de títulos negociáveis (*securities*), a separação entre os bancos comerciais e os demais intermediários financeiros, controles quantitativos do crédito, tetos para as taxas de juros e restrições ao livre movimento de capitais³⁹ – para entrar num capitalismo fundado em um mercado mundial totalmente desregulamentado.

Trata-se da criação de um espaço livre de restrições para as operações do capital, para produzir e realizar mais-valias, tomando este espaço como base e processo de centralização de lucros à escala verdadeiramente internacional. Nesse espaço aberto, não homogêneo – pois a livre atuação das nações mais fortes submete as restantes a uma hierarquia inexorável – há uma redução drástica de todos os obstáculos à mobilidade do capital, permitindo que o capital organize a escala global seu ciclo de valorização.

(37) Idem. p.19 e seg.

(38) Chesnais (1996, p. 268).

(39) Belluzzo, L. G. Prefácio. In. Chesnais (Org.). *A Finança mundializada*.

Processo acompanhado e possibilitado por uma situação em que os trabalhadores de todos os países estão em permanente competição entre si.⁴⁰ Ou seja, tal processo sustenta-se no fato de que no âmago da mundialização está uma nova norma de direitos flexíveis para o trabalho e poderes inflexíveis para o capital contexto corroborado pela existência de um exército industrial de reserva realmente mundial, o que é evidenciado pela dinâmica do trabalho ao longo das últimas quatro décadas. Esta passou a ter uma nova forma de organização pautada pela desregulamentação ou flexibilização. Em última instância, a degradação das condições de trabalho é a mola essencial da mundialização. Quer dizer: na esfera produtiva, a mundialização tem seu centro na ofensiva contra as conquistas trabalhistas do segundo pós-guerra. Processo que tem como elementos fundamentais, por um lado, a derrota, após grandes greves fracassadas, dos trabalhadores nos EUA e na Inglaterra, sob os governos Reagan/Volcker e Thatcher, e, por outro, a entrada de um gigantesco contingente de trabalhadores chineses, sem plenos direitos, na PEA mundial⁴¹, processos acompanhados pela derrocada dos países do leste vistos como “socialistas”.⁴²

A entrada de cerca de duzentos milhões de trabalhadores chineses sem plenos direitos civis na produção em massa de bens industriais, contra os que detinham conquistas sociais no resto do mundo, a partir dos anos 1990 é fundamental para entendermos o atual contexto vivido pelo mundo do trabalho. Isso permitiu a intensificação da taxa de exploração do trabalho em escala global e ao mesmo tempo, como era de se esperar, conformou um enorme déficit comercial dos EUA com a China, que passou a agravar, ainda mais, o endividamento externo americano.⁴³ Processo decorrente da transferência de uma parte importante do setor de produção de bens de consumo, dos Estados Unidos para a China, situação que, no limite, só pode ser resolvida por meio da reindustrialização dos EUA.

(40) Letizia (s. d., p.12).

(41) A OIT (Organização Internacional do Trabalho) fez a previsão de novos 50 milhões de desempregados em 2009, o que eleva o número de desempregados para até 340 milhões de pessoas no mundo. Só a China anunciou que 26 milhões de ex-trabalhadores rurais, que estavam ocupados nas cidades, perderam o emprego.

(42) Letizia (s. d., p.13).

(43) Letizia (s. d., p. 11)

Essa relação simbiótica sino–norte-americana possibilitou a prosperidade do capitalismo dos EUA nos anos 1990 e 2000. Este período constituiu-se nos chamados “anos milagrosos”. Os políticos e a grande mídia, na maioria dos países, louvaram o exemplo norte-americano. Seu crescimento, ao longo dos anos referidos, foi celebrado como a expressão do triunfo da experiência capitalista norte-americana sobre o resto do mundo.

4.2 O jogo sino–norte-americano

Enquanto os EUA investiam pesadamente na China, este país possibilitava que o déficit comercial americano fosse parcialmente resolvido. Com base no seu superávit comercial, a China acumula dólares que empresta aos Estados Unidos comprando títulos do seu Tesouro, o que tem o efeito de um financiamento do consumo dos americanos pelo estado chinês. Isto significa que se estabeleceram relações internacionais completamente novas entre esses países. Já não são as relações de uma potência imperialista com um espaço semicolonial.

A China passou a ocupar lugar fundamental na dinâmica capitalista dos últimos 30 anos. Além de colaborar para o rebaixamento dos salários em escala mundial e das estreitas relações com os EUA, outra questão decisiva é o processo de competição, levado a cabo pelo país, para atrair empresas estrangeiras, o que resultou em criação de imensas capacidades de produção, além de violentar a natureza numa escala enorme.

Em todo mundo é notório a tendência à aceleração da destruição de capacidades produtivas e de postos de trabalho para transferi-los para a China – movimento ainda impulsionado pela transformação da Índia em país receptor da realocação das atividades de serviços de informática e de produção de softwares. Na China concentra-se uma superacumulação de capital que se mostra insustentável. A transferência de capitais para a China significa uma reversão de processos anteriores de uma alta da composição orgânica do capital. Além disso, a China é realmente um lugar decisivo porque até pequenas variações na sua economia determinam a conjuntura de muitos outros países no mundo. Foi suficiente, por exemplo, que a procura chinesa por bens de investimento caísse um pouco, para que a Alemanha perdesse exportações e entrasse em recessão.⁴⁴

(44) Cf. Chesnais, F. *Revista Herramienta*, n. 39 Op. Cit., p. 8.

4.3 O poder de expansão do crédito

Frente ao contexto de impossibilidade de realizar plenamente a produção mundial, sobretudo chinesa, surge novamente a questão: como os agentes do capital financeiro resolveram esse problema?

Evidentemente não poderia ser com o aumento do salário real. Este até chegou a aumentar limitadamente, em números brutos. Porém, na fase atual do capitalismo, mesmo salários crescentes se traduzem em renda líquida disponível decrescente, uma vez que boa parte dos anteriores ganhos indiretos em produtos subsidiados de empresas estatais (que foram privatizadas) e em serviços sociais (que deixaram de ser gratuitos) desapareceu. E não poderia haver aumentos salariais que compensassem tais perdas.⁴⁵

Dado esse quadro e estando fechado o caminho da ampliação dos direitos dos trabalhadores, em virtude da hodierna correlação de forças entre as classes sociais, perguntamos novamente: qual o caminho tomado pelas finanças internacionais para viabilizar sua própria solução para o problema da superprodução de mercadorias?

Para manter um nível de atividade elevado, é necessário uma demanda dinâmica. Ao menos por enquanto, ela não provém dos países emergentes (BRIC), onde a distribuição de renda e as relações entre cidade e campo freiam o crescimento do consumo interno e onde os excedentes externos asseguram o financiamento dos déficits dos Estados Unidos. Ela provém, em parte, das rendas distribuídas aos acionistas e à elite dirigente, mas a sua massa global ainda é insuficiente para sustentar uma demanda agregada. A resposta a esse dilema encontra-se no poder de expansão do crédito. É aí que o capitalismo contemporâneo encontra a demanda que permite realizar as exigências do valor acionário. Esse mecanismo atinge seu paroxismo nos Estados Unidos. Empurrando para o alto os preços dos ativos patrimoniais, o crédito desconecta o consumo da renda disponível.⁴⁶

No passado, o crédito ao consumo era predominantemente indireto: as lojas vendiam a crédito repassando aos clientes o crédito bancário de que dispunham. Dos anos 90 em diante, expandiu-se extraordinariamente o crédito direto ao consumidor, conformando parte importante do lucro

(45) Cf. Letizia (s. d., p. 14).

(46) Chesnais (2007, p. 3).

bancário, já que os juros do crédito direto são maiores que os outros. O fundamental é que este novo crédito ao consumo é qualitativamente diferente do tradicional, uma vez que, em caso de inadimplência, não há devolução de mercadoria pelo mutuário, mas somente acúmulo de juros compostos ao infinito, o que submete o assalariado diretamente ao banco.⁴⁷ Graças a esses novos poderes sobre os assalariados, o capital portador de juro passou a ter, além de sua valorização normal, via partilha da mais-valia com o capital industrial, um meio adicional de valorização via sucção direta de ganho salarial, o que é expresso de forma quase caricatural com os empréstimos consignados.

Tal contexto configura amplo retrocesso histórico, pois recria o antigo sistema do capital usurário pré-capitalista, de extorsão dos que vivem de seu próprio trabalho, processo impulsionado, sobretudo a partir de 2001, por uma conjuntura pautada por baixas taxas de juros e ampla desregulamentação financeira. Momento importante da conformação desse cenário foi o voto, em 1980 (no momento da liberalização financeira orquestrada por Paul Volker, no final da presidência de Jimmy Carter), de uma lei revogando as disposições sobre a repressão das taxas de juros usurárias.⁴⁸

A nova versão do crédito ao consumidor levou, com o passar do tempo, à criação de uma grande capacidade de consumo falsa, isto é, não baseada em ganhos reais, a qual foi enormemente facilitada pela expansão dos cartões de crédito, que permitem endividamento instantâneo, sem contrato específico de empréstimo. Essa falsa procura criada por artifício financeiro, poderia, em tese, permitir o adiamento indefinido da crise de ruptura da barreira do capital, desde que fosse possível expandi-la indefinidamente. Evidentemente, isso não é possível, porque dar mais crédito a consumidores que estão perdendo benefícios sociais e tendo sua renda disponível amputada implica onerá-los cada vez mais com o pagamento de juros, o que tende a desembocar em castelos de dívidas para pagar dívidas e, finalmente, em restrição de consumo.⁴⁹

O objetivo de dar ao capitalismo norte-americano uma base social ampla, favorecendo o advento de uma “sociedade de proprietários”, vem sendo perseguido há quase um século. Desde 1913, uma lei permite deduzir

(47) Letizia (s. d., p. 12).

(48) Momento recuperado por Jorion (2007).

(49) Cf. Letizia (s. d., p. 13).

do imposto os juros sobre os empréstimos para a habitação. Entre as medidas tomadas durante o *New Deal*, para enfrentar os efeitos da crise de 1929, aparece a criação de uma agência federal da habitação (*Federal Housing Authority*, FHA). Ela ainda existe e continua a ajudar na constituição do patrimônio pessoal. É o caso também das entidades semipúblicas, Fannie Mae criada em 1938 e a Freddy Mac (1970), encarregadas de assegurar um mercado secundário para os empréstimos concedidos pelos bancos e instituições financeiras. O recurso à securitização⁵⁰ das hipotecas, portanto, é antigo e sua utilização vem aumentando sem parar. Ao longo dos anos, as entidades semipúblicas beneficiaram, sobretudo, as classes média e alta, permitindo-lhes realizar lucros na revenda de sua residência.⁵¹

Considerações finais: a manutenção do insustentável

Os governos do mundo inteiro esperam que a enorme capacidade dos EUA de atuar como prestamista de última instância consiga livrá-los de maiores desdobramentos da atual crise, tal expectativa mais uma vez nos mostra como o Estado capitalista corrobora recorrentemente o que poderíamos chamar de “a normalidade do capital”, ou seja, a fraudulência destrutiva numa grande variedade de formas. Além do que, este papel do Estado – a promoção da nacionalização da bancarrota capitalista – apenas desloca para o futuro contradições inevitáveis, pois sua intervenção sustenta uma grande massa de capital fictício que para minimizar os problemas vindouros deveria desaparecer. Vejamos.

*

Para fazermos os nossos últimos comentários, partimos de uma consideração, bastante irônica, intitulada “tríade pseudo-hegeliana”, formulada por István Mészáros, em fins de 2008, para uma conferência no Conway Hall, em Londres. Proposição que hoje faz parte do primeiro capítulo de seu livro *A crise estrutural do capital*, publicado em meados de 2009 pela editora Boitempo.

Nosso intuito é acompanhar o movimento da tríade e suas consequências.

(50) Operação de crédito em que entram títulos como garantia de pagamento. Conversão de empréstimos e outros ativos em títulos ou obrigações que podem ser vendidos a aplicadores.

(51) Cf. Chesnais (2007, p. 4).

A tríade é decorrente do movimento progressivo: *confiança, falta de confiança e superconfiança*. Enquanto a primeira parte dessa oscilação coincide com a proposição do economista Hyman Minsky acerca da dinâmica dos ciclos financeiros e sua tendência Ponzi, o segundo solavanco, mais rico em suas consequências – a passagem da falta de confiança à superconfiança –, deixa as claras um aspecto fundamental e recorrente do sistema capitalista, embora seja constantemente jogado para baixo do tapete. É para esta passagem que dedicamos as linhas abaixo.

Através do último desdobramento da tríade temos, mais uma vez, a oportunidade de presenciarmos a derrubada da tese jogada aos sete ventos por, dentre outros veículos de comunicação, a revista *The Economist* e o jornal *Financial Times*. Enquanto o editorial, de 11 de outubro de 2008, do primeiro periódico nos fala que: “este é o momento de colocar dogma e política de lado e concentrar-se em respostas pragmáticas. Isso significa mais intervenção governamental e cooperação no curto prazo, mais do que os contribuintes, políticos e jornais do *livre-mercado* normalmente gostariam”. A segunda publicação (21/08/2008) nos diz que: “no conflito perene entre a política e o mercado, não há dúvida, que neste momento, a política está por cima”.

Tais passagens são construídas em torno de uma inverdade que de tanto ser reproduzida, acaba passando, aos mais desinformados, por verdade. A tese sustentada pelos jornais do livre-mercado de circulação e mistificação em massa se sustenta na ideia equivocada de existência de um “conflito perene” entre a Política e o Mercado. Essa conjectura é reproduzida incessantemente, apesar da história da formação dos mercados e do capitalismo apontar na direção oposta, ou seja, de uma solidariedade essencial e originária entre o poder e os capitais privados.

O problema básico desta tese reside na preservação da dualidade que está na base do pensamento liberal. O “mercado” como esfera primeira, como o reino da liberdade e das entidades naturais e a “política” como esfera artificial, como o reino da arbitrariedade humana.

Hoje, a inexistência de tal dualidade pode ser explicitada através da ampla nacionalização da bancarrota do capital decorrente da grande crise aberta em 2008, evento de proporções épicas e efeitos duradouros, traduzido nos dez trilhões de dólares (o valor das diferentes fontes gira em torno desse número) destinados a isso. Temos aí, entre outras “intervenções pragmáticas”, a nacionalização dos passivos da Fannie Mae e Freddie Mac, diversos outros

aportes para sustentar instituições financeiras em dificuldade, além de grandes subsídios ao setor produtivo, dos quais o respaldo dado pelo Estado americano às montadoras de autos é emblemático.

Agora, um exercício útil é recuarmos no tempo, o que possibilita explicitarmos a força da relação simbiótica existente entre o Estado e os capitalistas privados. Além disso, quando olhamos a dinâmica histórica do sistema, podemos, em função de nos atermos a uma perspectiva de longo ou longuíssimo prazo – e conseqüentemente negligenciarmos as trepidações da superfície e a simples enumeração dos eventos –, perceber que historicamente, o processo de mercantilização das interações sociais não tem nada de natural (conforme, por exemplo, a “propensão natural para a troca” de Adam Smith).

Relembrar as realidades históricas é essencial. Por exemplo, o surgimento do moderno mercado mundial a partir do ocidente europeu envolveu o controle militar externo de regiões pré-capitalistas e rotas comerciais, tanto para o fornecimento de matérias-primas e alimentos, quanto como escoadouro de parte da produção metropolitana. Já o advento do mercado moderno, inicialmente no noroeste europeu, supôs a proletarização forçada de produtores diretos, através da sua separação da propriedade dos meios de produção, um longo processo no qual o papel da força política organizada também foi central e determinante. Estes foram pontos centrais da crítica seminal feita por K. Marx (1867) à economia política clássica, fazendo várias sugestões originais sobre a gênese política do capitalismo no famoso capítulo intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”. Investigação que posteriormente, vários historiadores e economistas, tais como M. Dobb (1945) e R. Brenner (1974), aprofundaram e qualificaram.

Agora, o corolário hodierno desta dinâmica – e é isto que configura a chamada superconfiança – é formado pela expectativa de que não pode haver problemas sérios hoje, pois o mercado sempre toma conta de tudo, mesmo que por vezes despenque “inesperadamente”. Depois, em virtude da sua “eficiência” alocativa e invariavelmente em decorrência de sua relação mutuamente benéfica com o Estado capitalista sempre subirá outra vez. E a expectativa é que isso também ocorrerá dessa vez. Em virtude de tal expectativa e dos arranjos macroeconômicos “contra cíclicos” postos em marcha, a crise irrompida recentemente nos EUA, embora tenha produzido no mundo maior destruição de capital e emprego do que a

Grande Depressão dos anos 1930, já está sendo considerada declinante ou encerrada por muitos economistas e porta-vozes, principalmente na área capitalista periférica.

Considerações e declarações formam, em última instância, a passagem da *falta de confiança à superconfiança*. Movimento que dá os contornos mais definidos ao que poderíamos chamar de uma verdadeira aula de capitalismo: os poderosos agentes privados em dificuldade são respaldados pela mão generosa do Estado, recheada de dinheiro dos contribuintes. Ou seja, o governo joga para a massa de contribuintes do fisco os prejuízos dos capitalistas com a crise, além de dar a estes últimos amplos poderes para rebaixar seus custos salariais. Depois, para evitar o natural efeito depressivo de tais medidas, subsidiam o consumo, principalmente sob a forma de crédito. Obtêm assim uma atenuação do processo recessivo e até uma retomada do crescimento econômico, mas de um tipo de crescimento que acumula contradições portadoras de riscos futuros.⁵²

Como dissemos a pouco, os ensinamentos do passado são fundamentais. Em decorrência deles, cabe notarmos que o capital obedece uma espécie de “lei natural” para se reerguer das crises, talvez esta seja a lei que deveria vigorar em detrimento, por exemplo, de aspectos que as proposições liberais procuram naturalizar. O modo “natural” de sair das crises consiste na destruição de grande massa de capital fictício e de capital-mercadoria invendável, acompanhada de um período de grande penúria dos trabalhadores, cujo resultado final é a concentração do capital restante nas mãos dos grupos capitalistas sobreviventes. Desta vez, assistimos apenas aos primeiros passos desse processo. Por um lado, ocorreu uma volumosa destruição de capital fictício e, por outro, deu-se uma ampla eliminação de postos de trabalho. Logo em seguida, porém, foram implementadas medidas de contenção dos efeitos imediatos do *excesso* de capital e de capacidade produtiva, o que resultou na preservação de grande volume de capital ocioso, mantendo em pé os direitos do capital financeiro sobre o produto social futuro.⁵³

O que está acontecendo, em última análise, é uma solução financeira imediata para a crise. A circulação do capital financeiro internacional foi reanimada, embora sem reerguê-la ao nível anterior – cerca de 40 trilhões de

(52) Letizia, V. *A crise rastejante*. Porto Alegre, 2010, p. 1. Mimeografado.

(53) Letizia, V. *A crise rastejante*. Porto Alegre, 2010, p. 3. Mimeografado.

dólares em ações negociadas no final de 2009, contra 60 trilhões em 2008. Tal solução, entretanto, cria uma nova “normalidade” capitalista, acentuadamente mais nociva, pois é ainda mais dependente de subsídios e de privilégios garantidos pelo Estado.

O resultado dessa situação é que a crise não explode, mas também não para, tendendo a se espalhar lentamente e a prolongar-se indefinidamente. Isto porque o empréstimo de última instância, ao transformar valor perdido por efeito da superprodução de mercadorias em valor financeiro garantido com receita fiscal, fornece uma tábua de salvação a capitais que buscam apenas preservar-se, mas que estão em retirada do processo reprodutivo. E o capital ocioso preservado, com sua pressão sobre o capital operante, tende a manter baixa a taxa geral de lucro – já rebaixada pela crise –, dificultando a saída para um novo ciclo de expansão capitalista. E o problema decorrente disso, além de ser uma solução má para os trabalhadores; está também em ser uma solução falsa, porque o capital ocioso não eliminado continua travando o funcionamento do sistema, tornando-o mais instável.

Temos aí, novamente, a verdadeira ação alocativa da grande mão visível, que cresce em função de sua própria ineficiência. E esta é uma das importantes lições que podemos de tirar da hodierna crise: a mão se torna mais ineficiente, pois os problemas não são resolvidos, mas somente adiados, o que ocorre é uma fuga para frente. A pergunta que ocupa a cabeça de muitos é: até quando a fuga poderá operar?

Referências bibliográficas

AGLIETTA, M.; BERRIBA, L. *Désordres dans le Capitalisme Mondial*. Paris: Odile Jacob, 2007.

_____; REBÉRIOUX, A. *Dérives du capitalisme financier*. Paris: Albin Michel, 2004.

BRAGA, J. C. S. Produtivismo e Especulação na Gestão da Riqueza. In: *Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros. Um Estudo Comparado*. CINTRA, M. A. M; e FREITAS, M. C. P. de; (Org.) São Paulo: FAPESPE e FUNDAP. 1998.

BELLUZZO, L. G; As transformações da economia capitalista no pós-guerra. *Política Econômica em Foco*, n. 7, nov. 2005/abr. 2006.

BOTTMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Ed. J. Zahar, 1988.

- BOYER, R. Is a finance led growth regime a viable alternative to fordism? A preliminary analysis. *Economy and Society*, v. 29, n. 1, p. 111-145, 2000.
- BRUNHOFF, S. *A Moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1878.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- _____. Introdução Geral, In: *A mundialização Financeira: Gênese, Custo e Riscos*. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.
- _____. Até onde irá a crise financeira. *Le Monde Diplomatique*, Nov. 2007.
- GAZIER, B. *A Crise de 1929*. Porto Alegre: Ed. L&PM Encyclopédia. 2009.
- GLIMSTEDT, H.; Hao Xie. Evolution and Allocation of Stock Options: Adapting US-Style Compensation to the Swedish Business Model, *European Management Review*, v. 3, n. 3, p. 1-21, 2006.
- GUTTMANN. Uma Introdução ao Capitalismo Dirigido Pelas Finanças. *CEBRAP - Novos Estudos*, 82; Nov. de 2008.
- _____, R. The Collapse of Securitization: From Subprimes to Global Credit Crunch. *Lettre du CEPN #2*, (www.univ-paris13.fr/CEPN/lettre_cepn_02.pdf). 2007.
- GUY DEBORD, *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Ed. Record. 1997.
- JORION, P. *Vers la crise du capitalisme américain?* Paris: La Découverte/M.A.U.S.S., 2007.
- KINDLEBERGER, C. *Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises*. New York: John Wiley & Sons, 1978.
- LETIZIA, V. *Enfrentar a Grande Crise*. Porto Alegre, s. d. Mimeografado.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Ed.: Nova Cultural, 1988, Livro III, v. V.
- PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: A Responsabilidade das Políticas Liberais. In: *A Mundialização Financeira. Gênese, Custo e Riscos*. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.
- PRENCIPE A. Dynamic Capabilities and Sustained Innovation: Strategic Control and Financial Commitment at Rolls-Royce plc, *Industrial and Corporate Change*, v. 14, n. 3, p. 1-42, 2005.

Gabriel A. A. Rossini

SAUVIAT, C. Os Fundos de Pensão e os fundos Mútuos: principais Atores da Finança Mundializada e do Novo Poder Acionário. In. *A Finança Mundializada*. São Paulo: Ed. Boitempo. 2005.

STOCKHAMMER, E. Shareholder value orientation and the investment-profit puzzle. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 28, n. 2, p. 193-215, 2006.